

Luz e gasolina na mira de Lula

Futuro governo defende mudança no cálculo dos preços e fim da indexação ao dólar

Diário de S.Paulo/20-12-2002

Mirelle de França, Cátia Seabra e
Monica Tavares

RIO e BRASÍLIA

A futura ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, disse ontem que pretende corrigir as distorções existentes nas agências reguladoras de sua área, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo ela, o papel destas agências é regular e fiscalizar esses setores e não tratar de políticas e diretrizes para o setor, como acontece hoje.

— Definir política de preços, a política de petróleo, a política de energia elétrica do Brasil não é papel de agência, é do ministério, do Estado. Definir o planejamento, a forma pela qual diferentes fontes entram na matriz energética, é papel do ministério; a política de utilização das fontes de petróleo também é papel do ministério — disse a ministra em entrevista à rádio CBN.

Dilma e o futuro ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se reúnem hoje para discutir a política de preços dos combustíveis e da energia elétrica do novo governo. Além disso, eles vão reavaliar o papel e as atribuições das agências reguladoras. Na avaliação dos futuros ministros, o Poder Executivo precisa recuperar o papel de elaborar políticas, principalmente de preços.

Idéia não é controlar preço, diz deputado

• A futura ministra ressaltou que o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta uma distorção no papel das agências. Segundo Dilma, a definição de aumento de tarifas, por exemplo, deve ser acertada antes com o Ministério de Minas e Energia.

O deputado Luciano Zica (PT-SP), um dos principais especialistas do PT para o setor e integrante da equipe de transição, explicou que estabelecer política não significa controlar preços. O parlamentar defende uma mudança de política porque os preços da energia elétrica e de combustíveis estão sendo calculados com base na variação do dólar, enquanto a população recebe em reais. Para ele, o governo fez controle de preços no período eleitoral, sem utilização da Cide (Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico) ou rasgar contratos.

— O preço da energia e dos combustíveis vem acompanhando o dólar, tem que se resolver isto. É uma situação grave, mas não há fórmula pronta — disse.

Para Zica, a Cide nunca foi utilizada com o objetivo para o qual foi criada, de controle de preços. A idéia era que a Cide formasse um colchão para evitar que o aumento do barril do petróleo no mercado externo tivesse um grande impacto nos preços internos, prejudicando o consumidor.

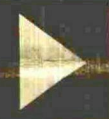
Mudança passaria pelo Legislativo

• O parlamentar disse que qualquer mudança nas agências reguladoras terá que passar pelo Legislativo. Ele deixou claro ainda que, até por omissão do atual governo, as agências assumiram muitos poderes. Luciano Zica lembrou, por exemplo, que o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou o fato de a Agência Nacional do Petróleo (ANP) ter feito definido as licitações das áreas de exploração do petróleo no país. Para ele, cabe ao governo decidir se vai exportar petróleo e reduzir suas reservas. Isso não é atribuição de agência reguladora.

De acordo com Dilma, em 2 de janeiro o conselho de administração da Petrobras vai se reunir já com o novo presidente da estatal, que já está escolhido: será o atual senador do PT de Sergipe, José Eduardo Dutra. A futura ministra de Minas e Energia passou ontem boa parte do



DILMA ROUSSEF, futura ministra: "Definir política de preços no Brasil não é papel de agência, é papel do ministério, do Estado"



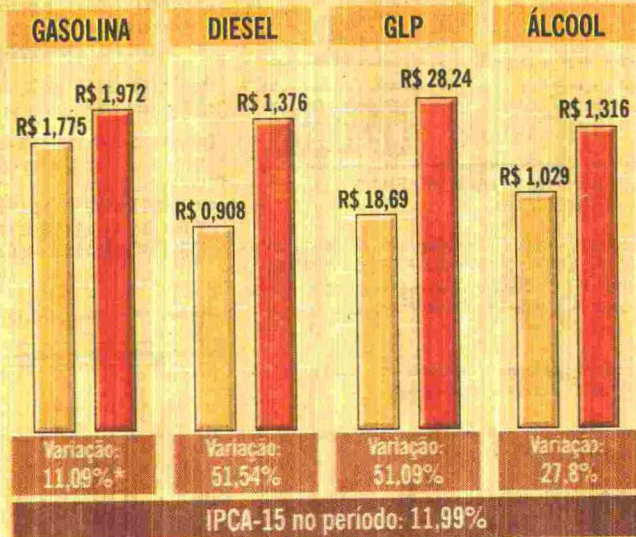
Saiba mais sobre os reajustes



COMBUSTÍVEIS

Em R\$ por litro; GLP em R\$ o botijão de 13kg

Dez/2001 Dez/2002



FONTE: Pesquisas de preços da ANP e Aneel

*Sem contabilizar o reajuste de ontem



ENERGIA ELÉTRICA

Variação das tarifas médias no país

De janeiro a setembro deste ano

Residencial	R\$ 179,78 para R\$ 207,40	15,36%
Industrial	R\$ 82,18 para R\$ 94,15	14,56%
Comercial	R\$ 156,17 para R\$ 182,71	16,99%
IPCA (jan a set/2002)		5,60%

Os aumentos por distribuidora este ano

DISTRIBUIDORA	VARIAÇÃO	DATA DO AUMENTO
Light (Rio e mais 32 municípios)	17,11%	7/NOV
Bandeirante (SP)	19,09%	22/OUT
Cemig (Minas Gerais)	10,51%	4/ABR
CPFL (SP)	11,6%	4/ABR
Eletropaulo (SP)	14,24%	3/JUL
CEB (Distrito Federal)	14,5%	22/AGO
Copel (Paraná)	10,96%	20/JUN
Celpe (Pernambuco)	15,12%	27/MAR
Escelsa (Espírito Santo)	15,97%	6/AGO
Cent (Nova Friburgo, RJ)	12,35%	14/JUN

ladas é um dos grandes desafios do próximo governo. O uso do IGP-M superdimensiona a inflação, não retrata a realidade e gera uma indexação — afirmou Cunha.

Economista critica cálculo da gasolina

• A fórmula do reajuste aplicada aos combustíveis, que leva em conta a variação cambial e do preço do barril de petróleo no mercado internacional também não é a ideal, segundo o economista da PUC:

— Variações das cotações do dólar e do petróleo não podem introduzir altas conjunturais no mercado interno, causando inflação.

De acordo com um especialista do setor de energia, a vinculação do reajuste dos preços dos combustíveis ao câmbio e à cotação do barril do petróleo no mercado internacional causa impacto desnecessário à inflação:

— Esta fórmula torna a economia muito vulnerável ao fantasma da inflação. Mesmo quando há uma melhora nessas variáveis, outros preços da economia já foram contaminados pela alta dos combustíveis. ■

• REAJUSTE DOS PREÇOS DA GASOLINA CHEGA A 12,57% EM POSTOS DO RIO, na página 20

dia despachando no escritório da transição, no centro de treinamento do Banco do Brasil, em Brasília, reunida com técnicos da área.

A intenção da futura ministra de diminuir o poder das agências reguladoras e concentrar no ministério as decisões sobre política de preços dos setores de energia elétrica e de petróleo não deve ser utilizada como mecanismo de con-

trole da inflação. Na opinião do economista e professor da PUC do Rio de Janeiro Luiz Roberto Cunha, o uso das tarifas públicas com o objetivo de frear a disparada dos preços já se mostrou ineficiente no passado.

— São as diretrizes macroeconômicas, como o câmbio, que têm condições de conter a inflação. Usar o controle das tarifas públicas não é

a forma correta — afirmou Cunha.

Segundo o economista, mais importante do que a discussão sobre qual órgão deve controlar a política de preços desses setores é o debate sobre a utilização do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) no cálculo da correção das tarifas administradas, como as de energia elétrica e telecomunicações.

— A questão das tarifas contro-